

Amc

A crise do Centrão

Foi uma semana especialmente produtiva para a Assembleia Nacional Constituinte. Em apenas quatro dias, de terça a sexta-feira, os constituintes aprovaram todo o capítulo sobre os direitos sociais, onde se concentram alguns dos temas mais polêmicos de todo o projeto de constituição. Um acordo da liderança do PMDB com os representantes do Centrão permitiu a aprovação, por uma maioria expressiva de votos, do princípio da garantia de emprego, facilitando a votação dos itens seguintes sobre hora extra, férias e licença-maternidade. Colaborou, para o bom andamento dos trabalhos, a autoridade e a determinação do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, empenhado em concluir rapidamente o arrastado processo de transição política.

A semana terminou com um saldo positivo para as diversas correntes, empenhado em concluir rapidamente o arrastado processo de transição política.

A semana terminou com um saldo positivo para as diversas correntes políticas representadas na Constituinte. Os representantes do Centrão conseguiram derrotar, através de acordo, o princípio da estabilidade no emprego, oferecendo em contrapartida uma forma de indenização compensatória no valor de 40% do FGTS, em caso de demissão arbitrária ou sem justa causa. Por outro lado, a liderança do PMDB e os partidos mais à esquerda aprovaram, com a ajuda do Centrão, emendas que representam um avanço incontestável nas garantias e direitos do trabalhador. É o caso, por exemplo, do aviso prévio correspondente ao tempo de

serviço, da hora extra 50% superior à hora de trabalho normal, da ação trabalhista que só prescreverá no prazo de cinco anos.

Muitas dessas emendas foram aprovadas a partir de acordo prévio dos coordenadores do Centrão com os líderes do PMDB, senadores Mário Covas e Fernando Henrique. Outras emendas foram aprovadas sem que tivesse havido qualquer acordo, provocando a reação imediata dos coordenadores do Centrão. Uma maioria expressiva aprovou, por exemplo, o turno corrido de apenas seis horas de trabalho, assim como o salário especial de férias, acrescido de um terço do salário normal. Para o presidente da CNI, senador Albano Franco, tais medidas terão um efeito devastador sobre determinadas indústrias, especialmente as que operam durante 24 horas por dia, sem interrupção. Em vez de apenas três turnos de 8 horas, essas indústrias ficarão obrigadas a criar um turno a mais, aumentando seus custos de produção que, serão repassados para o consumidor. Explica o senador Albano Franco, como representante da classe empresarial, que tais medidas deverão ter efeito bumerangue: se por um lado representam um ganho para o trabalhador, por outro poderão voltar-se contra ele.

Como saldo, o processo de votação da semana passada revelou um capítulo de direitos sociais que fica a meio caminho entre os projetos do Centrão e o da Sistematização. O texto aprovado parece traduzir, de fato, o consenso entre as diversas tendências políticas e partidárias, salvo por algumas decisões isoladas que

desagradaram as classes empresariais. Com efeito, se algumas dessas decisões são consideradas irrealistas — uma vez que a economia do País não estaria em condições de absorvê-las —, por que não se procurou evitá-las? Onde se encontrava a sólida maioria do Centrão que não se fez presente para conter os eventuais excessos e restabelecer o realismo econômico?

Na verdade, as votações do capítulo sobre os direitos sociais serviram também para revelar, em toda a sua extensão, a fragilidade de um grupo que já teve força suficiente para alterar o regimento e para imprimir um novo rumo aos trabalhos da Constituinte, mas que agora se assemelha a uma massa amorfa e inteiramente desarticulada. Como de certa forma se previa que fosse ocorrer, os componentes do Centrão se comportam como se já estivessem cumprido seu papel histórico de reabrir o debate da Constituinte, reforçando o poder da maioria. Agora, as decisões de plenário deveriam obedecer, necessariamente, à busca do consenso entre os diversos grupos, de forma a permitir que o projeto da nova Constituição seja aprovado o quanto antes. Em questões políticas mais delicadas, como a duração do mandato presidencial e o sistema de governo — em que o consenso se tornará difícil, senão impossível —, a decisão deverá caber, pura e simplesmente, ao voto da maioria dos constituintes.

O Centrão vive a sua pior crise. E será muito difícil reestruturá-lo, como força monolítica, a tempo de participar das próximas votações no capítulo sobre a ordem econômica.